

A DISPUTA DE HEGEMONIA EM FLORIANÓPOLIS

Elson Manoel Pereira¹
Afrânio Tadeu Boppré²

Resumo: O artigo analisa a forma como se deu a estruturação e como atuam, em Florianópolis, algumas entidades empresariais enquadradas no conceito de APH, de Gramsci. Ele aborda como se desenvolve na Formação Econômica e Social florianopolitana a disputa de hegemonia prevalecendo ideias e interesses de determinados setores da classe dominante local. A partir de entrevistas e de outras fontes, conclui-se que Florianópolis alcançou, a partir dos anos 80 até os dias atuais, um estágio de qualidade superior na forma organizativa de expressivo segmento empresarial, alterando as relações entre a classe dominante local, o Estado e suas políticas públicas e a sociedade no seu todo. Estas relações migraram de “pauta de reivindicações” voltadas ao poder público para um nível superior, ou seja, estabelecimento de relações orgânicas e de influência direta, ao mesmo tempo em que dirige um processo vivo e intenso de hegemonia na sociedade.

Palavras-chave: Aparelhos Privados de Hegemonia. Formação Econômica Social. Hegemonia. Florianópolis.

THE DISPUTE FOR HEGEMONY IN FLORIANÓPOLIS

Abstract: The article analyzes, in the situation of the Florianópolis, how the structuring took place and how some business entities act. Such entities fall under the concept of Private Apparatuses of Hegemony, by Gramsci. The article discusses how the dispute for hegemony develops in the Florianopolitan Economic and Social Formation from the perspective of making ideas and interests of certain sectors of the local ruling class prevail. From the use of interviews, as well as from other sources, it is concluded that Florianópolis has reached, from the 80s to the present day, a stage of superior quality in the organizational form of an expressive business segment, changing the relations between the dominant class and the State, its public policies and society. These relations have migrated from a “schedule of demands” aimed at the public power to a higher level, that is, the establishment of organic relations and direct influence, while at the same time directing a lively and intense process of hegemony in society.

Keywords: Private Apparatus of Hegemony. Social Economic Formation. Hegemony. Florianópolis

LA DISPUTA POR LA HEGEMONÍA EN FLORIANÓPOLIS

Resumen: El artículo analiza cómo se realizó la estructuración y cómo, en Florianópolis, funcionan algunas entidades empresariales enmarcadas en el concepto de APH de Gramsci. Aborda cómo se desarrolla la disputa por la hegemonía en la Formación Social y Económica, las ideas e intereses imperantes de ciertos sectores de la clase dominante local. A partir de entrevistas y otras fuentes,

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Geociências, Florianópolis, Brasil, elson.pereira@ufsc.br, <https://orcid.org/0000-0001-7305-1800>

² Câmara Municipal de Florianópolis, Florianópolis, Brasil, afranio50@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-5384-2944>

se concluye que Florianópolis ha alcanzado, desde la década de los 80 hasta la actualidad, una etapa de calidad superior en la forma organizativa de un segmento empresarial expresivo, cambiando las relaciones entre la clase dominante local, el Estado y sus políticas públicas y sociedad en su conjunto. Estas relaciones han migrado de un "cronograma de demandas" dirigido al poder público a un nivel superior, es decir, el establecimiento de relaciones orgánicas e influencia directa, al tiempo que dirigen un vivo e intenso proceso de hegemonía en la sociedad.

Palabras clave: Aparato Privado de Hegemonía. Formación Socioeconómica. Hegemonía. Florianópolis

Introdução

Há um acentuado processo de mudanças na sociedade brasileira e em particular na florianopolitana, caracterizado por diversos fatores, dentre eles: a desindustrialização em termos nacionais³ e suas decorrentes consequências regionais; a precarização das relações de trabalho mediante sucessivas reformas da legislação trabalhista e direitos sociais; a sofisticação de suas instituições de dominação e a sociedade civil articulada e complexa forjada historicamente no Brasil.

No caso particular, em Florianópolis, as mudanças ocorrem pela sua crescente influência política e administrativa na região metropolitana; pelo enfeixe de sua conurbação regional e a implantação de novas dinâmicas econômicas, notadamente, o turismo e a economia criativa. Além disso, obras públicas indutoras de dinâmicas sócio-espaciais também são representativas destas alterações, podemos citar a reinauguração da Ponte Hercílio Luz, em dezembro de 2019, a inauguração do novo aeroporto, de seu novo acesso e de sua consequente operação, o impulsionamento dos investimentos turísticos e sua dinamização com o “engordamento” da orla de Canasvieiras, bem como, a explosão populacional do Distrito de São João do Rio Vermelho.

Este processo que por suas peculiaridades históricas é não-explosivo, também traz em seu próprio dinamismo gradual elementos que não nos permitem afirmar precisamente o momento exato em que houve uma qualitativa mudança. Ela é permanente e processual. A jornalista Estela Benetti registrou em sua coluna elementos desse processo de transformações. Vejamos:

³ Para melhor compreender o processo de desindustrialização recomenda-se a leitura da matéria veiculada no Brasil de Fato disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/recuo-da-industria-em-18-8-reflete-desindustrializacao-e-mercado-em-frangalhos> acessado em 26 de julho de 2021.

Cidade que tem como eixos econômicos fortes a tecnologia e o turismo, Florianópolis necessita de investimentos frequentes para se renovar. Após dois relevantes empreendimentos de infraestrutura em 2019, o novo aeroporto e a reforma da Ponte Hercílio Luz, que somaram investimentos de R\$ 1,25 bilhão, vem aí nova onda de projetos privados e públicos, que superam R\$ 2,5 bilhões, a maior parte para ser executada nos próximos cinco anos. A lista inclui expansão de Jurerê Internacional, o Parque Urbano e Marina Beira-Mar, novos projetos no Sapiens Parque e o Hub Costão Games (BENETTI, 2021).

A descrição de Almir Francisco Reis, em seu livro *Ilha de Santa Catarina – permanências e transformações*, corrobora a afirmação que fazemos acima:

A cidade, nos últimos anos, vem apresentando altos índices de crescimento que expressam fluxos que têm origem na zona rural do estado e a afluência de significativo contingente migratório de outros centros urbanos. Florianópolis tem sido o novo endereço de muitas famílias de classe média de outros estados do país (em especial São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná), assim como da Argentina e do Uruguai em função das possibilidades que coloca de uma vida próxima à natureza, com a garantia da existência, também, de serviços urbanos característicos de cidades de certo porte. Além disso, vem se voltando cada vez mais para o turismo, num ritmo e numa intensidade que nos permitem afirmar que as grandes transformações socioambientais por que tem passado nos últimos tempos, especialmente em sua porção insular, a Ilha de Santa Catarina, têm nessa atividade seu motor principal (REIS, 2012, p.15).

O objetivo deste artigo é descrever a forma como se deu, na situação particular do município de Florianópolis, a estruturação de entidades denominadas por Gramsci de Aparelhos Privados de Hegemonia, bem como analisar sua formação, a constituição de suas redes de ampla relação com forte influência nos meios de comunicação de massa e também vínculos políticos que produziram uma geração de lideranças e estilos de ação de caráter orgânico aos interesses do capital local.

O conjunto dessas reflexões aqui apresentadas é decorrente de estudos desenvolvidos no âmbito do doutoramento no Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina e contou com o inestimável apoio do Laboratório de Planejamento Urbano – Cidade e Sociedade.

Algumas definições de ordem teórica serão apresentadas, em primeiro lugar, como roteiro indispensável para ofertar ao leitor facilidades na compreensão das conclusões. É mister antecipar, que o presente artigo não tem a intenção de esgotar o tema, não está nele contida a pretensão da verdade nem tampouco suas conclusões são lineares e definitivas. É, pois, em segundo lugar, uma contribuição para atualização teórica e voltada para ampliar as capacidades de interferência na

realidade social. Antes que o (a) caro (a) leitor (a) estranhe justificamos o porquê da “interferência”: nosso empenho ao estudar não é movido somente por diletantismo, nele está contido um compromisso, uma motivação também militante.

Desenvolvimento

Premissa conceitual: o conceito de Formação Econômica e Social (FES) assume centralidade para elucidar elementos determinantes da realidade que vivenciamos. O referido conceito tem um longo trajeto, sua produção é original em Marx e Engels e tem atualizações e aplicações enriquecidas por uma série de autores e agentes políticos relevantes. Desde já, apontamos que o objetivo do artigo não é a discussão conceitual em sentido estreito e sim, o uso do conceito como elemento de apreensão da realidade. Para tanto, adotaremos, como uma das referências o clássico artigo do professor Milton Santos publicado no Boletim Paulista de Geografia, em 1977⁴. O conceito de Formação Econômica e Social tem sua aplicação para as sociedades específicas, friso no plural, historicamente datadas e concretas, não trata de sociedade em geral. Por isso, é distinto, não se confunde com conceitos mais amplos que buscam alcançar vários momentos e espaços gerais datando-os em largas escalas temporais. Sendo assim, para precisar a conveniência e a aplicabilidade conceitual em seu sentido dinâmico e processual o professor Milton Santos esclarece:

Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela *forma* das coisas do que pela sua *formação*. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliadas à da sociedade local, pode servir como fundamento á compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.

Daí a categoria de Formação Econômica e Social parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço (SANTOS, 1977, p. 81).

A cidade, desde sua primeira formação, é uma produção social complexa, que com o passar do tempo amplia cada vez mais sua complexidade. Quem a vê como obra humana, não obtém de imediato a explicação de sua gênese, da rede causal

⁴ O referido artigo leva o seguinte título: Sociedade e Espaço – A Formação Social como Teoria e como Método. Disponível em <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1092/949>. Acessado em: 13/07/2021.

que a produziu, suas motivações, sejam elas subjetivas, emocionais, culturais, econômicas, políticas, sociais e ideológicas, nem mesmo, por exemplo, suas determinantes estruturais morfológicas ou o nível do desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção a ela constitutiva.

Também apontamos aqui, nosso convencimento: somente a partir de determinado entendimento do conjunto entrelaçado das causas é que se construirá a possibilidade de ação efetiva e técnico-politicamente consequente, bem como, de sua direcionalidade no sentido da superação dos problemas que nela (cidade) consistem, mesmo sabendo que seu final é aberto. Em outras palavras, o mundo da “aparência” é elemento constitutivo da explicação, mas não explica suficientemente a produção social complexa por inteiro. É necessário atravessar o mundo da aparência que sempre é captado pelos sentidos animais numa primeira apreciação (visão, audição, olfato, paladar e tato) para penetrar, no entanto, no sexto sentido, aqui entendido como cognição, saber, teoria ou conhecimento. Voltamos a frisar e defender: a aparência faz parte da explicação, mas sem invadir o mundo da essência não se obtém a indispensável percepção para uma melhor explicação. Aí a importância da ciência e em especial a ciência social. O conceito de FES está neste campo último mencionado. É um conceito indispensável para penetrar o mundo da essência e dele (o conceito) pretendemos tirar proveito para melhor compreender a disputa de hegemonia em Florianópolis.

Seguimos, mais à frente, o brotense e eminente professor Milton Santos que sustenta:

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre F.E.S.; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações (SANTOS, 1977, p. 84).

Aparelho Privado de Hegemonia: No seio da Formação Econômica e Social florianopolitana encontramos o nascimento e desenvolvimento de um novo ativismo burguês por meio de específicos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresarial (APHEs).

Para compreender este processo que culmina em um estágio superior, entendemos ser indispensável a adoção da vigorosa contribuição de Antonio Gramsci, na atualização do pensamento marxista. Sua influência é estrutural no âmbito teórico-político, cultural e filosófico, inovou e atualizou Marx e Engels, sem negá-los. Ergueu um patrimônio de conceitos harmoniosos com a teoria marxiana, que radicalmente veio a iluminar o entendimento sobre os dias atuais. Dentre eles, extremamente útil para interpretar com profundidade o “jogo da direita” em Florianópolis, destacamos o conceito de Aparelho Privado de Hegemonia (APH). Este destaque não é de nossa parte uma quebra e adoção seletiva de um conceito ou abandono da riqueza teórica, gramsciana, densa e interligada. É que, para efeito deste artigo, o conceito de APH é primordial. Nos leva ao entendimento do exercício da hegemonia e das relações de supremacia de uma classe sobre as outras.

Sendo assim, começamos apontando que, ao longo dos anos, uma variedade de Aparelhos Privados de Hegemonia foram gradativamente sendo implantados no seio da sociedade florianopolitana, dentre eles sublinhamos alguns: Associação Comercial e Industrial de Florianópolis/ACIF – 1915; Câmara de Dirigentes Lojistas/CDL – 1960; Fundação Pró-turismo de Florianópolis/PROTUR – 1989; Florianópolis Convention & Visitors Bureau – 2003; Associação FloripAmanhã – 2005 e mais recentemente o Movimento Floripa Sustentável.

Ao longo dessa história houve uma modificação relevante neste processo de implantação, na medida em que os Aparelhos Privados de Hegemonia Empresarial foram se afastando da identidade empresarial rude, direta, aberta, corporativamente declarada e ofensiva, que sempre assumiram. Ao apontar esta relevante modificação, não estamos afirmando que as características anteriores de determinados APHEs foram de todo suprimidas. O que apontamos como novidade foi a mutação para feitiço inédito, número. Uma nova forma com o propósito de ampliar suas capacidades de penetração e influência empresarial foi se constituindo e assumiu uma nova roupagem. A identidade foi se tornando oculta, sutil, complexa. A nova identidade assume contornos de hegemonia buscando falar e representar em nome do “para além do empresariado”, uma espécie de porta voz geral e de todos. Geral no sentido de ser amplo com relação aos temas e na abrangência do território e de todos, no sentido de negar a existência de outras abordagens e conteúdos que expressassem classes ou frações de classes. Uma espécie de monopólio da representação da sociedade. Em seu livro “O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e história”, Virgínia Fontes, historiadora e professora da

Universidade Federal Fluminense sintetiza o conceito gramsciano de Aparelho Privado de Hegemonia, senão vejamos:

Os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos. Clubes, partidos, jornais, revistas, igrejas, entidades as diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos sofrimentos, possibilidades e embates que dela derivam. Não são homogêneos em sua composição e se apresentam totalmente muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social. Clubes, associações culturais ou recreativas tendem a considerar-se como desconectados do solo social no qual emergem e como distantes da organização política do conjunto da vida social. Certamente, os sindicatos – patronais ou de trabalhadores – sendo também formas associativas desse jaez enfatizam sua proximidade econômica e sua característica mais direta de defesa de interesses de tipo corporativo. Porém muitos partidos políticos e jornais – na maioria das vezes diretamente comprometidos com determinados segmentos de classe – tendem a apagar tal comprometimento, apresentando-se seja como a expressão da “unidade nacional” ou como porta-vozes de uma neutralidade informativa inexistente. Todos, porém são formas organizativas que remetem às formas da produção econômica (a infraestrutura) e política (ao Estado), embora sua atuação seja eminentemente de cunho cultural (FONTES, 2010, p. 133).

De outra parte, a professora aposentada e voluntária no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Olinda Evangelista, e também pesquisadora, ao proferir palestra no I SEMINÁRIO EDUCAÇÃO, ESTADO AMPLIADO E HEGEMONIAS - I SEAH (07 de novembro a 05 de dezembro de 2020) nos traz um importante registro de seus estudos a respeito dos Aparelhos Privados de Hegemonia sobretudo, com relação ao nascimento e evolução do fenômeno social organizativo.

Qual o nosso objetivo em analisar os Aparelhos Privados de Hegemonia? Compreender o que efetivamente eles são no desenvolvimento histórico. A gente começa uma primeira datação deste movimento importante a partir do final dos anos 80. Não quer dizer que não existisse as formas organizativas burguesas e nem formas organizativas da classe trabalhadora antes desse momento, mas isso quer dizer que a partir do final dos anos 80 a burguesia brasileira encontra uma forma particular de organização por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia. Por meio destes Aparelhos a burguesia começa a atuar organizadamente como uma classe nacional e portanto, há uma nova qualidade na forma organizativa da burguesia ou de frações da burguesia. Então, o nosso interesse ao estudar os Aparelhos Privados de Hegemonia burgueses é compreender seu desenvolvimento, onde, quando, como e porque eles eclodem de forma mais sistemática no final anos 80, ganham uma dimensão importante nos 90 e depois nos anos 2000 nós vamos ver uma proliferação desses aparelhos. Hoje então, nem precisamos falar

porque atualmente é difícil inclusive saber todas as ramificações desses aparelhos no Brasil dada a sua extensão”⁵ (EVANGELISTA, 2020).

Todavia é necessário apontar que este surgimento se dá a partir do momento em que grandes transformações ocorreram na sociedade brasileira. Os Aparelhos Privados de Hegemonia Empresarial nascem em decorrência, no dizer de Gramsci, de um processo de ocidentalização. O professor Carlos Nelson Coutinho assim identificou:

[...] o Brasil emergiu do longo período ditatorial iniciado em 1964 com uma sociedade civil complexa e articulada. Malgrado todas as tentativas (muitas vezes exitosas) de reprimir e/ou neutralizar essa nova sociedade civil, a ditadura militar não foi capaz de inverter uma tendência que já se configurava como dominante, pelo menos desde os anos de 1930: refiro-me à “ocidentalização” de nossa sociedade, ou seja, à constituição (como diria Gramsci) de “uma justa relação entre Estado e sociedade civil”, que supera a antiga situação “oriental” na qual o Estado é tudo e a sociedade civil é primitiva e gelatinosa (COUTINHO, 2006, p. 42).

Neste contexto, e para que não se crie a ilusão de um processo de apartação dos APHEs e suas relações políticas mais amplas com o Estado e demais setores, frações de classes ou classes sociais, é necessário trazer a contribuição do professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Jorge Miglioli. Para melhor compreender a natureza dessas relações entre as frações de classe o professor assim contribui:

Uma das mais importantes funções do Estado nas sociedades capitalistas é a de coordenar e harmonizar os interesses diversificados da burguesia como um todo. Ela não é uma classe homogênea. Dentro de uma nação a burguesia pode dividir-se por regiões e, o que é mais importante, fracionar-se por setores de atividade (rural, comercial, industrial etc.) e essas diferentes frações (regionais ou setoriais) podem ter conflitos entre si; por exemplo, a burguesia de uma região protestando contra os favorecimentos estatais a outras regiões, diversas frações setoriais reclamando das taxas de juros dos bancos, comerciantes clamando pela queda das tarifas de importação para aumentar suas vendas de bens importados, contrariamente aos industriais que desejam a elevação dessas tarifas para que seus produtos vençam a competição de preços com os importados, e assim por diante. É preciso haver um órgão para resolver essas pendências; esse órgão é o Estado. Se as diversas frações tivessem igualdade de forças dentro do Estado, seria necessário encontrar um equilíbrio para as políticas estatais. Mas o mais comum é a preponderância de uma fração dentro do bloco burguês; nesse caso é preciso fazer concessões às outras frações para preservar a unidade do bloco. Isso nem sempre acontece e pode, então, surgir conflitos em seu interior, inclusive com lutas pela tomada do poder do Estado (MIGLIOLI, 2006, p.17).

⁵ I SEMINÁRIO EDUCAÇÃO, ESTADO AMPLIADO E HEGEMONIAS - I SEAH (07 de novembro a 05 de dezembro de 2020). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BddFNa3NMQ4> acessado em 18/08/2021.

No Brasil, o processo de proliferação dos APHs a que se referiu a professora Olinda Evangelista, em nosso ver, é decorrente da necessidade do fortalecimento da classe empresarial ou de seus segmentos, não somente na sua perspectiva de mercado propriamente dito, mas sobretudo, para efetivar o processo de hegemonização e influência a partir dos seus interesses. A construção de interlocutores empresariais sempre supostamente preparados, hábeis e dispostos a “colaborar” na relação com o Estado⁶, além de dividendos diretos, impõe uma agenda estratégica de mão dupla. No caso florianopolitano é bastante visível. O Plano Diretor da cidade, a construção de equipamentos de apoio ao turismo como o Centro de Convenções, a Marina da Beiramar, Shoppings, emissário submarino para lançamento de efluentes do tratamento de esgoto, “engordamento” de praias, são elementos que compõem uma agenda com centralidade nos interesses empresariais em detrimento de políticas públicas para habitação popular, proteção do meio ambiente, transporte coletivo, etc..

Antes de prosseguir, ainda consideramos oportuno apresentar também o conceito de hegemonia aqui empregado. De imediato devemos registrar que hegemonia distingue-se e jamais poderá ser interpretada como sinônimo de maioria, de correlação numérica, como muitas vezes se aplica no senso comum. É uma categoria marxista que alcançou atualização com a contribuição de Antonio Gramsci. Para a teoria gramsciana, tornou-se tão central que quando se usa o termo hegemonia automaticamente se conecta com o autor nascido na Sardenha. Escolhi uma definição de hegemonia que considero de fácil assimilação sem, contudo, diminuir a sua relevância. Essa definição encontrei em Giovanni Arrighi, em sua obra Adam Smith em Pequim – Origens e Fundamentos do Século XXI. Leia:

Hegemonia é o poder *adicional* que advém a um grupo dominante em virtude de sua capacidade de *guiar* a sociedade numa direção que não só serve aos interesses do grupo dominante como também é percebida pelos grupos subordinados como a serviço de interesses mais gerais. (ARRIGHI, 2008, p. 159)

Ou ainda nos termos do próprio Gramsci.

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias

⁶ No caso do projeto da Marina da Beiramar por exemplo, a proposta foi entregue pela Associação Comercial e Industrial (ACIF) para a prefeitura de Florianópolis no ano de 2015. Para melhor entender a relação entre a ACIF, o projeto e a prefeitura acessar o seguinte endereço eletrônico: Disponível em <https://www.deolhonailha.com.br/florianopolis/noticias/acif-entrega-a-prefeitura-de-florianopolis-estudo-tecnico-para-instalacao-de-marina/>. Acessado em 21/08/2021.

tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam etc. (GRAMSCI, 2011, p. 291)

A ideia de que a hegemonia é um poder adicional e de que esse *plus* pode momentaneamente prevalecer para o exercício da supremacia de classe não nos permite concluir que a classe dominante abriu definitivamente mão da possibilidade do exercício da coerção em situações de perda do consenso. Para Gramsci, este processo de dominação ocidental é exercido por meio do que ele definiu como hegemonia couraçada de coerção. Logo, se há a possibilidade de perda do consenso e de hegemonia, é porque algo a ela se contrapõe, lhe ameaça e a instabiliza, ou seja, a contra hegemonia. Isto posto, é necessário concluir que a hegemonia nunca é permanente. Há uma disputa incessante e diuturna. E quando a classe dominante mingua a sua hegemonia a crise se instala. Essa crise consiste na situação em que o velho morreu e o novo ainda não o suplantou (interregno para Gramsci). Em Florianópolis não é diferente. Toda FES tem disputa de hegemonia que se amplia por meio da constituição de APH.

Algumas ideias: o Laboratório de Planejamento Urbano - Cidade e Sociedade, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), produziu uma série de entrevistas com agentes sociais relevantes que incidem no processo de desenvolvimento político, econômico, social e urbano do município de Florianópolis. Estas entrevistas seguiram o mesmo questionário, com as mesmas perguntas dirigidas aos entrevistados e ocorreram no primeiro quadrimestre de 2021. Tivemos acesso a três destas entrevistas com importantes personagens florianopolitanas. São elas: Coordenadora do Movimento Floripa Sustentável, Diretor de Desenvolvimento Urbano do SINDUSCON e Presidente da Associação FloripAmanhã. Ao pesquisar sobre a composição da atual diretoria da Associação FloripAmanhã nos deparamos com uma informação surpresa: os três entrevistados fazem parte da atual gestão (vide quadro em anexo).

O referido Questionário é composto por nove perguntas que foram formuladas com o propósito de colher a maneira de pensar e agir sobre o curso do desenvolvimento do município de Florianópolis. As perguntas abordam questões abertas e relativas a vários aspectos tais como o futuro pensado para Florianópolis; a importância das instituições públicas (Câmara de Vereadores, Prefeitura e outros); questões sobre o meio ambiente; sobre os limites do crescimento do município; o conflito entre os diversos agentes sociais, suas interações e alianças e inclusive a forma de entender e projetar o motor econômico do município. Das entrevistas foi

obtido um resultado precioso de três importantes personagens referência que lideraram aparelhos privados de hegemonia. Por óbvio, representam a um só tempo o acúmulo coletivo de suas instituições, mas também suas próprias ideias e convicções forjadas na sua militância. Pelo grau de articulação política, econômica e social, os três entrevistados representam de forma sintética e historicamente determinada o pensamento hegemônico da classe dominante florianopolitana. Aí reside a motivação de nosso estudo. Afinal, nosso objeto de pesquisa é um estudo de caso sobre a forma de pensar, sobre os impasses e perspectivas das concepções de cidade em Florianópolis.

Perguntas, respostas e análise: O Roteiro de Perguntas (RP) abre com uma questão importante no sentido de questionar o Estado da Arte sobre o pensamento de agentes vinculados a alguns APHEs constitutivos da sociedade florianopolitana.

A primeira pergunta foi: O (A) Senhor(a) tem pensado sobre o futuro de Florianópolis e quais são suas conclusões? A resposta para esta pergunta foi variada. Enquanto as representantes da Associação FloripAmanhã e do Movimento Floripa Sustentável se ativeram em expor os processos de aglutinação de especialistas de todos setores e construção de redes para trabalhar e pensar planos para a cidade e ao mesmo tempo apontando alguns resultados, o diretor do Sinduscon preferiu fazer um balanço do desenvolvimento da cidade nos últimos 50 anos. Observemos.

A coordenadora do Movimento Floripa Sustentável afirma que:

[...] Já em 2007 a gente fez uma oficina de desenho urbano para desenhar a orla. Nós reunimos cerca de 70 arquitetos, dois finais de semana inteiro, um deles inclusive na UFSC, já para desenhar e pensar a orla para que quando o poder público vai fazer alguma interferência a gente tem pelo menos um conceito do que foi sugerido pela aquela equipe. Isso tem sido não obedecido, que não é a palavra correta, mas tem sido respeitado bastante as ideias que a gente pôs naquela época [...]

[...] A gente dividiu a cidade em cinco segmentos, a costa na verdade, e foram feitas oficinas e definidos naquela área o que a população queria [...]

[...] quando eu fui para a Secretaria de Turismo, e fiz a BMI do projeto da marina que hoje já tá começando e eu realmente fiz a BMI e o projeto, a licitação, botei a lei na Câmara e o Gean então aprovou a lei e fez a licitação [...]

Por sua vez, a presidente da Associação FloripAmanhã, ao responder a mesma pergunta, afirma:

[...] A FloripAmanhã e a gente fazendo parte da coordenação dessa OSIP, que já vai fazer 17 anos e foi fundada para ser um laboratório para pensar a cidade. Então isso sempre nos joga para pensar o futuro. [...]

[...] O primeiro exercício que a gente conseguiu registrar desse processo para pensar o futuro é o Floripa 2030 que está publicado no site do FloripAmanhã. Faz mais de dez anos, não me lembro bem, a conseguiu pensar Floripa 2030 com mais ou menos umas cem entidades públicas e privadas e com o auxílio de uma consultoria muito boa na área de desenvolvimento regional foi escrito então essa pequena revista que é muito importante se tomar conhecimento dela. Ali a gente trabalhou as fragilidades e também os grandes potenciais que Florianópolis tem. [...]

O diretor do Sindicato da Indústria da Construção Civil, diante da pergunta, inicia fazendo uma contextualização do processo de desenvolvimento do município de Florianópolis. Avalia os diferentes momentos de desenvolvimento, demonstra seu entendimento a respeito da sucessão de leis municipais de regulação fundiária, em especial, os Planos Diretores. Vejamos:

[...] Florianópolis tinha uma outra dinâmica a 40, 50 anos atrás. E hoje quando se enxerga Florianópolis com mais de 500 mil habitantes fazendo parte de uma região metropolitana conurbada com mais de um milhão de habitantes seguramente, se vê que em 40 anos mudou muita coisa. E o que acabou acontecendo? Nós de alguma maneira não soubemos aproveitar esse momento dessa transformação e organizar o nosso futuro de hoje que é o nosso presente[...]

[...] Esqueceram de enxergar a realidade fundiária do município. Eram grandes propriedades principalmente naquela região dos Ingleses e Rio Vermelho de famílias da região e que naquela época as famílias tinham na média 5, 6, 7 algumas com 10 filhos e qual era a tendência? A partir do falecimento do pai se abria um processo de sucessão e tinha que ser feita uma divisão de terras e em alguns momentos, eram feitas em vida, e qual era o critério? Olha, tem que deixar um pedaço de terra para cada um dos filhos então pega um terreno, divide em dez e todos tem que ter frente pra rua. Então, ficaram uma série de tiras de terra. [...]

[...] Além do que Florianópolis começou efetivamente a ser conhecida e a procura pela ilha começou aumentar e isso é um movimento inexorável, não adianta, por mais que as pessoas queiram dizer que se consegue regradar mercado com legislação, isso aí se consegue regradar mas não se consegue parar e a pressão para a necessidade de novas moradias na ilha acabou acontecendo e nós perdemos uma oportunidade de fazer com essas regiões pudessem ser desenvolvidas dentro de um regramento que fosse razoável, ou que fosse compatível com aquilo que realmente estava acontecendo e que iria acontecer e que efetivamente aconteceu na ilha. [...]

Analisando as respostas é possível perceber características diferentes entre os entrevistados. No entanto, ressalta-nos que partem de um ângulo de percepção bastante similar. As representações da Associação FloripAmanhã, do Movimento Floripa Sustentável, bem como, do Sinduscon pensam e falam querendo se colocar

na condição de representantes universais da sociedade. Porém, as primeiras são bem mais ofensivas e sofisticadas no exercício da exposição de suas ideias. Sofisticadas porque lidam no ténue limite de uma contradição profunda da sociedade capitalista vez que, exercem uma retórica supra classes sociais, buscando afirmar suas ações como se fossem para o bem geral de todos. Tanto a Associação como o Movimento, colocam-se como centros de aglutinação de inteligência, portadores de capacidades organizativas e construtoras de redes amplas da sociedade.

A seguir, destacamos outra pergunta que consideramos as respostas importantes : O (A) Senhor (a) reconhece existir limites para o crescimento do município? E se existem quais maneiras de conter esse crescimento?

Coordenadora do Movimento Floripa Sustentável

[...] Nós não temos dúvida nenhuma que ter limites é organizar as centralidades e verticalizar. O mundo inteiro está fazendo isso. Em 2019 eu reuni um grupo de arquitetos e empresários que foram fazer um passeio em Copenhague, o Ghel, o Ghel hoje é o arquiteto mais renomado no mundo, ele é um senhor já de 80 anos, e ele recebeu essa equipe, eu não pude ir porque meu marido estava na lista de transplante e eu não podia sair de Florianópolis, mas organizei o grupo e o grupo foi, foi a esposa do prefeito que é arquiteta e tal e na época eu não tava podendo viajar; pra eles olhares como que faz a moradia interferindo com o meio ambiente adensando, porque se a gente não adensar, não tem como Florianópolis continuar como tá o sul da ilha com residência baixa, fica muito, muito cara a infraestrutura, né? De posto de saúde, de escola, de estradas, de segurança, de recolhimento de lixo, esgoto, isso fica caro demais e mata o meio ambiente, porque se você pega um terreno, vamos aqui simular, de 1000 metros quadrados e diz assim, aqui pode ser construído 10%, cem metros, e você pode fazer até cinco andares, o entorno tem que ser todo preservado com mínimo possível de asfalto para poder ter a drenagem, nas normas tá? A hora que tu adensa tu vai morar num prédio, é verdade, só que tu tem aí 900 metros de área preservada né? Isso que a população precisa entender, que o adensamento e a verticalização é indispensável prum desenvolvimento sustentável, indispensável, porque vai morar mais pessoas em menor espaço preservando mais o meio ambiente. [...]

Diretor de Desenvolvimento Urbano do SINDUSCON

[...]Óbvio que tudo tem que ter um limite, não tenho dúvidas. Só que para nós entendermos qual é o nosso limite precisamos conhecer a nossa cidade, as nossas necessidades, as demandas e as alternativas possíveis de serem utilizadas para organizar esse desenvolvimento e permitir chegar no limite daquilo que realmente é o limite real da coisas e não o limite imaginário que alguém posso querer impor pela sua vontade. [...]

[...] Quando nós fazemos um aterro como o Aterro da Baía Sul depois o Aterro da Via Expressa Sul o tipo de utilização que hoje é dado ali é uma subutilização onde a priorização é só para como sistema viário, quando outras atividades poderiam estar sendo desenvolvidas ali para melhorar a nossa condição de vida. Olha o aterro da Baía Sul e olha o Maciço do Morro

da Cruz. Nós temos um monte de gente amontoada embaixo que poderia ser área de lazer dessas pessoas e não é. Por que? Porque tem uma desconexão, está faltando fazer essa ligação. Uma das coisas que me preocupa é o Aterro da Via Expressa Sul será que nós vamos repetir o mesmo erro que acabou sendo repetido aqui. [...]

[...] A questão dos limites para Florianópolis sem dúvida, em algum momento vai ter que ter um limite. Mas qual é esse limite? Isso é que tem que ser discutido. [...]

[...] A lei 482/2014 abriu a janela de oportunidades para que se possa pensar a continuidade de desenvolvimento da ilha. Não é essa questão que vai crescer ou não. Que vai crescer não tem dúvida. [...]

[...] Então, a discussão que se tem que ter é em relação: existem Áreas de Urbanização Especial no município que tem um objetivo previsto lá no Plano Diretor então a discussão do que vai ser feito, como vai ser feito, como essas áreas serão ocupadas é que tem que ser aquela questão que eu falo, discutir o conteúdo em detrimento as vezes da forma porque a grande oportunidade que nós temos agora é isso, inclusive essas Áreas de Urbanização Especial se forem cotejadas com Plano Diretor dos Balneários, muitas delas eram as antigas Áreas de Exploração Rural que existiam naquele plano ainda da década de oitenta, o Plano Diretor dos Balneários de 1985. Acho que esse é o ponto. Nós temos que pensar o futuro, não é que ele está vindo, ele já chegou. E o que nós temos que decidir é de que maneira nós vamos enfrentar esse futuro, vamos estar preparado para esse futuro, o crescimento é inexorável. [...]

[...] não cabe a nós dizer quanto vai crescer ou não. Cabe a nós estarmos preparados para deixar a cidade de receber esse crescimento. Hoje nós temos uma milhão de habitantes na região metropolitana, boa parte desses habitantes onde vão ter seus momentos de lazer? Nas praias de Florianópolis, nas praias insulares. O que acontece? Olha esses congestionamentos monstros que nós temos, as pessoas vêm trabalhar em Florianópolis, a questão do próprio planejamento urbano de Florianópolis transcende o município de Florianópolis e de alguma maneira tem que efetivamente a começar a ser feito pensando na região metropolitana principalmente nas áreas já conurbadas e preferencialmente também pensando nas áreas que ainda não estão conurbadas, mas que um dia estarão. Antigamente ir a Tijucas era uma viagem hoje praticamente tu estás quase dentro da cidade. Pelo menos até ali a quase lá São Miguel e chegando na entrada de Governador Celso Ramos é quase tudo a mesma coisa e antes era uma viagem ir a Tijucas. [...]

O roteiro de perguntas segue questionando elementos importantes de uma cidade viva, real. Uma das perguntas que suscitou desta vez uma resposta uníssona entre as (o) entrevistadas (o) foi: O(A) Senhor(a) vê forças políticas e sociais que se opõem a esse entendimento de futuro? Quais as principais divergências e quais essas forças sociais e políticas?

Coordenadora do Movimento Floripa Sustentável

[...]Tem, tem umas forças sim. Temos grupos e algumas entidades, poucas, muito poucas, que entendem que a cidade não pode crescer mais, não

devem sair da horizontalidade, o problema é que assim, se continuarmos com essa teoria de não fazer mais nada, de Florianópolis não crescer seus filhos e seus netos não teriam onde trabalhar e onde morar é isso que a gente quer? Aí é que tá, uma das coisas que eu sempre briguei, nós precisamos do Plano Diretor definir o que eu quero ser quando eu crescer. Eu quero ser uma cidade bucólica? Pequena? Não entrar mais ninguém, mas também não ter emprego e renda? Perfeito. Eu quero ser uma cidade turística? Preciso planejar esse turismo. Eu quero ser uma cidade tecnológica? Tecnologia e turismo se aliam juntos perfeitamente porque tecnologia não faz volume, o turismo faz volume, né? Então, pode caminhar juntos perfeitamente bem, mas para isso, eu preciso definir o que eu quero. Não pode meia dúzia dizer que tem que ser pro turismo e uma outra meia dúzia ficar puxando para trás e maltratando o turista e dizendo que o turismo não é bom. [...]

Presidente da Associação FloripAmanhã

[...] Bom, a gente já teve uma situação muito pior. Nós tivemos durante muitos anos os a favor e os contra o desenvolvimento. Existem pessoas que chegaram aqui, atravessaram suas casas lá no interior da ilha, as vezes até em lugares que não podiam e hoje são contra a chegada de outras pessoas, são contra o desenvolvimento, contra o turismo, porque o turismo atrapalha, o supermercado fica mais caro, a cidade fica cheia de gente enfim, e tem também o movimento que melhorou bastante, que acalmou vamos dizer assim, que é o dos ambientalistas radicais, ambientalistas todos nós somos, hoje não dá para você pensar um cidadão que não seja um ambientalista, mas tem os radicais que não querem nada, querem que a ilha continue sendo do jeito que tá, que não cresça e nós temos um debate muito grande no que diz respeito ao Plano Diretor que é a questão das edificações. Existem um grupo muito forte que não quer que Florianópolis tenha prédios com mais do que quatro andares. Se você não joga para cima, os prédios, que acolhem um número maior de moradores você começa a espriar a cidade e quando você espriar a cidade você passa a ter muitos problemas de locomoção de logística etc. [...]

Diretor de Desenvolvimento Urbano do SINDUSCON

[...] Durante muito tempo aqui em Florianópolis havia os que eram a favor e os que eram contra. A trinta anos atrás, inclusive, chegou a ser feita uma campanha os Contra Florianópolis, mas porque isso aí? Foi uma forma naquele momento de expressar de que havia um radicalismo em querer proibir tudo em Florianópolis, então quando existe um radicalismo de um lado acaba gerando oportunidade para um radicalismo do outro, quando na realidade, o que eu percebo e falo com muita tranquilidade, é que nós evoluímos muito nessa discussão porque todos nós queremos no fundo, no fundo a mesma coisa, viver da melhor maneira possível seja em relação ao meio ambiente, ninguém quer morar num lugar degradado, seja tendo condições econômicas e financeiras para isso aí. O objetivo é comum, o que existe provavelmente a forma de enxergar de como se chega lá. Tem gente que acha que a maneira de chegar lá para ter uma vida tranquila é não deixar a cidade crescer mais. [...]

A opinião dos entrevistados reconhece existir maneiras distintas de conceber a cidade. Desenvolvem uma narrativa a partir do entendimento de que quem discorda de sua maneira de pensar é automaticamente taxado de ser contra o

desenvolvimento da cidade, de ser radical, de proibir tudo etc. A campanha a que se refere o Diretor de Desenvolvimento Urbano do SINDUSCON merece maior registro e detalhamento. Ela foi lançada e patrocinada por um *pool* de entidades empresárias, amplamente veiculada nos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, jornais e outdoors) e foi planejada pela agência de publicidade AS Propague. Um de seus proprietários era o publicitário regional Roberto Costa, que durante as comemorações do décimo aniversário da Associação FloripAmanhã, em Sessão Especial no dia 12 de novembro de 2015, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), também foi o orador oficial e assim relatou:

[...] No início da década de 90, algumas também dessas pessoas, estavam no auditório da Portobelo, ali na Rua Dib Mussi, pra criar um movimento chamado "Amigos de Florianópolis" que desenvolveu uma ampla campanha para cobrar os empreendimentos necessários para o crescimento sustentável da cidade. Empreendimentos que, naquela época, estavam travados em algumas esferas, comandadas pelos chamados "do contra". Os contra ao Centro de Convenções, contra as marinas, contra os hotéis da orla, contra a Beira Mar Sul, contra o Pólo de Informática, contra o Centro Desportivo do SESI, que acabamos perdendo para Blumenau. Enfim, foi uma campanha brilhante, com textos brilhantes do, outro apaixonado pela cidade, Sérgio da Costa Ramos, que mostrava outras cidades do mundo que tinham esses equipamentos e prosperavam em plena harmonia com o meio ambiente. Infelizmente alguns desses empreendimentos ainda continuam emperrados pelas forças ideológicas fundamentalistas, às vezes com desculpas histriônicas do tipo: "temos que proteger os golfinhos-cinza, os baiacus, as estrelinhas do mar, as piavinhas, os catadores de berbigão e os índios importados do Paraguai". Hoje, essas forças continuam agindo, seja impedindo que os nossos pescadores artesanais vendam peixe fresco para as peixarias, ou quando querem derrubar imóveis centenários, na beira da Lagoa como por exemplo o Restaurante Oliveira que tem. Está lá há 57 anos. Também cometem outros exageros que ameaçam e inibem os poderes constituídos e democraticamente eleitos pelo povo (COSTA, 2015, TRANSCRIÇÃO DO DISCURSO)

Esta campanha tinha como propósito promover no imaginário social a ideia de que era indispensável seguir exemplos internacionais de desenvolvimento urbano e econômico, apontando como modelo cidades tipo Miami e Ibiza. Mais do que isso, operava um desmonte cultural. As características próprias e únicas de um modo de ser e viver em Florianópolis foram atacadas. Em nome de uma modernidade repugnava o "provincianismo", sub-repticiamente trazia consigo um "pedido de desculpas" do que essencialmente é o nativo. A negação da autenticidade do modo de vida era um dos *fronts* do ataque, afinal o ideal e o correto estava lá fora, em outros países. Além do desdenhar, a campanha produziu uma forte ideia de que quem discordasse dos valores como o modelo econômico e a concepção de cidade

que apregoavam eram enquadrados e reduzidos a dois rótulos, a saber: “inimigos da cidade” e do “contra tudo”. A campanha ficou conhecida como “Campanha do Contra” como bem registrou o Diretor de Desenvolvimento Urbano do SINDUSCON. O curioso, é que mais de vinte anos depois, o publicitário recuperou na ALESC a campanha sem, contudo, deixar de continuar entusiasta e mobilizado em seu favor. Hoje, Roberto Costa é atualmente membro do Grupo Gestor da Associação FloripAmanhã.

Composição do Grupo Gestor da Associação FloripAmanhã 2020/2021: O Aparelho Privado de Hegemonia FloripAmanhã possui em sua trajetória histórica uma redefinição na composição da sua estrutura administrativa dirigente. Nossa análise, decorrente desta redefinição, permite concluir que o formato da estrutura dirigente foi se ampliando de modo a alcançar até o ano 2020 três ambientes distintos e complementares. São eles: uma Diretoria Executiva, um Conselho Consultivo e Grupos de Trabalho com respectivos coordenadores. Também identificamos que esta estrutura, desde sua origem, metamorfoseou-se. De um pequeno grupo de fundadores (cinco pessoas) evoluiu para inaudita diretoria. Há, contudo, a produção de certo ecletismo em sua composição de modo que historicamente se vão mesclando agentes políticos, profissionais liberais, professores universitários etc., mas sem jamais prescindir da presença marcante de grandes empresários e de pessoas a eles organicamente ligadas em posições chaves de comando.

Grupo Gestor da Associação FloripAmanhã 2020/2021

| Gestão 2020/2021 | Coordenadores de Grupos de Trabalho | Conselho Consultivo |
|--|--|--|
| Presidente: Anita Pires Vice-presidente: Salomão Mattos Sobrinho Diretor Administrativo: Carlos B. Leite Diretor Administrativo ADJ: Max Thiermann Diretora Financeiro: Solange N. Borguesan Diretora de Comunicação: Karin Verbickas Diretor de Comunicação ADJ: Fábio Gadotti Diretor Jurídico: Jaime de Souza Diretor Jurídico ADJ – José Luis Netto Menezes Diretor Financeiro ADJ: Hamilton Peluso | Inovação: Otávio Ferrari Filho e Carlos Roberto de Rolt Revitalização de Espaços Públicos e Meio Ambiente: Salomão Mattos Sobrinho Saúde da Cidade: Joaquim Inácio Campos Nóbrega Júnior Ver a Cidade: Ivo Sostizzo | - Alaor Tissot - Andrea Druck - Carlos Alberto Schneider - Cesar Floriano dos Santos - Clarissa Lira - Dora Orth - Emerilson Emerin - Elizenia Prado Becker (Presidente do Conselho) - Estanislau Emilio Bresolin - Fernando Marcondes de Mattos - Heitor S. Thiago - Ivo Sostizzo - João Eduardo Amaral Moritz - Joceli Cintra - José Eduardo Azevedo Fjates - Lorena Babot - Leo M. Xavier Filho - Luis Salomão Ribas - Marius Bagnatti - Neri dos Santos - Paulo Aragão - Raul Zucatto - Roberto Costa - Rode Martins - Rodolfo Joaquim Pinto da Luz - Ronaldo Koerich - Sérgio Luiz Gargioni |

Quadro 1 – Composição do Grupo de Gestão da Associação FloripAmanhã, da gestão 2020/2021.⁷

Observando-se a atual gestão do APHE FloripAmanhã, em uma análise retroativa desde a sua fundação até os dias atuais, percebe-se a participação de empresários e gestores empresariais nos postos de comando da entidade, bem como, de lideranças políticas partidárias e gestores públicos, a exemplo de ex-secretários de governo estadual e municipal de Florianópolis. No entanto, a expressão pública e seus interlocutores aparentam equidistância com o segmento empresarial e setores políticos. O perfil empresarial de forte influência na Associação é do segmento turístico, notadamente da rede hoteleira.

Considerações Finais

A questão central a que chegamos é de que Florianópolis alcançou, a partir dos anos 80 até os dias atuais, um estágio de qualidade superior na forma organizativa de expressivo segmento empresarial. Esta contemporaneidade reside na evolução das relações entre a classe dominante local com o Estado e suas políticas públicas e a sociedade no seu todo. Estas relações migraram de “pauta de reivindicações” voltadas ao poder público local para um nível superior, ou seja, com

⁷ Esta composição do Grupo de Gestão da Associação FloripAmanhã está disponível em: <http://floripamanha.org/quem-somos/diretoria/>. Acessado em: 22/08/2021

estabelecimento de relações orgânicas e de influência direta, ao mesmo tempo em que dirige um processo vivo e intenso de hegemonia na sociedade.

Esse processo de construção de hegemonia a que nos referimos assume um caráter multifacetado. As entidades (APHE) aqui apontadas constroem cotidianamente no imaginário social a valoração superior de empresas, mercado e iniciativa privada em detrimento das estruturas públicas e Estatais. O esforço está voltado para produzir uma superioridade em relação tanto ao modelo de sociedade capitalista em sentido amplo (produção, distribuição e consumo), como na suposta ineficiência das estruturas do setor público. A professora Maria Helena Lenzi, em sua tese de doutoramento, ao analisar os discursos a respeito da invenção de Florianópolis como cidade turística, bem constatou o dinamismo do processo de construções de hegemonias:

A rede de significados da paisagem de Florianópolis é uma construção histórica estabelecida na relação de uma série de textos que dão sustentação a essa interpretação hegemônica, mas que pode mudar, pois, se passou a existir em um contexto específico, pode deixar de existir em outro ou ser ressignificada (...)

(...) A invenção de Florianópolis como cidade turística surge de articulações entre relações de poder e formas de saber (o próprio planejamento urbano, nesse caso) que, a partir do final da década de 1970, passam a moldar simbólica e materialmente sua paisagem e acionam argumentos que cristalizam e destacam o turismo como fator de modernização e desenvolvimento econômico. (LENZI, 2016, p. 41)

A estruturação de entidades de tipo novo, nomeadas por Antonio Gramsci de Aparelhos Privados de Hegemonia, com redes de relação amplas e forte influência nos meios de comunicação de massa e também vínculos políticos produziu uma geração de lideranças e estilos de ação de caráter orgânico aos interesses do capital local. Decorrentemente, passou a existir uma coalisão de forma mais intensa e uma vinculação estreita entre a tríade poder público local (prefeitura, Câmara de Vereadores e poder judiciário), veículos de comunicação de massa e Aparelhos Privados de Hegemonia Empresarial (APHEs). Este processo está longe de representar um processo democratizante e de reverberação dos interesses de variados segmentos da sociedade. Estrategicamente, desenvolveram-se novas relações intra e entre classes sociais de modo a fazer prevalecer a supremacia de um coletivo empresarial hegemônico local sem, contudo, transparecer o seu “rosto”.

O afã de “inventar a cidade de Florianópolis” sob a hegemonia burguesa não advém de mera adoração por sua territorialidade (características culturais ou paisagísticas, por exemplo). Para concluir, trazemos aqui a necessidade de se

perceber a invenção da cidade como decorrência de necessidades intrínsecas e imanentes do próprio capital. Marx e Engels concluíram em suas pesquisas que o capital produz excedentes de capital e enquanto valor-que-se-valoriza traz consigo necessidades de desconstruir e reconstruir para seguir na sua incessante marcha de acumulação. O turismo e/ou a construção civil, por exemplo, são materializações da necessidade da acumulação de capital. A cidade é “fabricada” porque o capital necessita reproduzir sua acumulação, sendo assim, torna-se indispensável engendrar uma formatação do modelo de cidade para atender à necessidade de sobrevivência do capital e não o inverso, como aparenta. A cidade tornou-se condição geral para o capital. Digo tornou-se porque a cidade é anterior, é pré-capitalista. A urbe converteu-se ao capital, deu um giro, tornando-se solo indispensável por suas capacidades de concentração de força de trabalho, adensamento de moradia e racionalização dos investimentos em infraestrutura voltada à produção e circulação de mercadoria. O intenso processo de urbanização do planeta ganhou contornos em que o capital na origem dele (processo de urbanização) se favoreceu e dialeticamente ele o fez capitalista no processo evolutivo (processo de urbanização). Ou seja, é o capital que precisa por sua essência de cidade e não necessariamente é a cidade que precisa de capital. Isso é hegemonia.

REFERÊNCIAS

BENETTI, Estela. **Florianópolis atrai onda de investimentos que supera R\$ 2,5 bilhões.** NSC Total, Florianópolis, 19/09/2021. Disponível em: <https://www.nscototal.com.br/colunistas/estela-benetti/florianopolis-atrai-onda-de-investimentos-que-supera-r-25-bilhoes>. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

COSTA, Roberto. Transcrição do vídeo do discurso proferido na ocasião 10 anos Floripa Amanhã. ALESC. **Sessão Especial FloripAmanhã 10 anos.**

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: O marxismo na batalha das ideias.** São Paulo: Cortez, 2006.

DREIFUS, René. **O Jogo da Direita.** Petrópolis: Editora Vozes., 1989.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

FLORIPAMANHÃ. **10 Anos: Para fazer do futuro de Floripa nosso melhor presente.** 2015. Elaborado por Associação FloripAmanhã. Disponível em: <https://materiais.floripamanha.org/floripamanha-almanaque-10anos>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FLORIPAMANHÃ. **Quem Somos.** Elaborado por Associação FloripAmanhã. Disponível em:

<http://floripamanha.org/quem-somos/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e História**. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2010..

GRAMSCI, Antonio. **A Revolução contra o Capital**. In: COUTINHO Carlos Nelson (Org.) **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio.. **Hegemonia, Guerra de Movimento, Guerra de Posição–guerra de posição e guerra manobrada ou frontal**. In: COUTINHO Carlos Nelson (Org.). **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. In: Lutas sociais, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez.2012.

IANNI, Octávio. **Classe e Nação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo: uma breve introdução**. Coleção L&PM POCKET, 2016

LEPRE, Aurelio. **O Prisioneiro – A vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro, 2001.

LENZI, Maria Helena. **A Invenção de Florianópolis como Cidade turística: discursos, paisagens e relações de poder**. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento Geografia. Área de concentração: Geografia Humana. São Paulo, 2016.

MIGLIOLI, Jorge. **Dominação burguesa nas sociedades modernas**. Revista Crítica Marxista. Editora Revan, n. 22, 2006.

PEREIRA, Elson. Planejamento Urbano em Florianópolis e cidade contemporânea. In: PEREIRA e DIAS (Org.). **As cidades e a urbanização no Brasil. Passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011.

REIS, Almir Francisco. Ilha de Santa Catarina: permanências e transformações, Florianópolis – SC. Editora UFSC , 2012.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método. São Paulo. Boletim Paulista de Geografia, 1977.

TV JURERE (Florianópolis). **Entrevista com Andrea Druck e Carlos Berenhauser Leite**. 2015. Jurere Internacional - Dilla Lamar entrevista Andrea Druck e Carlos Leite, Diretores da Habitasul. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P2yG9NUB2JQ>. Acesso em: 16 jan. 2018.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Elson Manoel Pereira - Concepção, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

Afrânio Tadeu Boppré – Concepção. Análise de dados, Elaboração do manuscrito. Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 04-11-2021

Aprovado em: 24-05-2022